

PORTUGAL E A GUERRA CIVIL DE ESPANHA (1936-1939): UMA INTRODUÇÃO

PORTUGAL AND THE SPANISH CIVIL WAR (1936-1939): AN INTRODUCTION

Ruben Serem¹



“Portugal tem o seu salvador nacional. Este *gentleman*, tal como os seus parceiros Franco, Mussolini e Hitler, também ambiciona salvar a civilização e entende, claramente, que o caminho mais rápido e, por essa razão, misericordioso, para a salvação da civilização é através da sua destruição. O seu nome é Oliveira Salazar [...] ditador virtual de Portugal.”¹ – Ralph Fox

Resumo: A Guerra Civil de Espanha (1936-1939), identificada por César Oliveira, o mais reputado hispanista português, como “a última das guerras político-ideológico-religiosas da Europa”², teve profundas repercussões internacionais, de Lisboa a Moscovo e, se incluirmos a participação das

¹Early Career Fellow da Leverhulme Trust, London, England.

E-mail: ruben.serem@hotmail.co.uk

Brigadas Internacionais, de Havana a Xangai.³ Uma opinião partilhada pelo ditador português António de Oliveira Salazar, que famosamente definiu o conflito como “uma guerra internacional num campo de batalha nacional”.⁴ De facto, para Salazar, a Guerra de Espanha apresentou-se como uma oportunidade única para radicalizar o Estado Novo, nascido de uma ditadura militar cuja génese foi o golpe de estado de 28 de Maio de 1926. Concomitantemente, o segundo (e não menos importante) objetivo do regime era substituir a jovem democracia espanhola, implantada em 1931, por um governo ideologicamente compatível com o Estado Novo. A vitória da autodenominada facção Nacionalista (uma nomenclatura que pressupunha que a República Espanhola era antipatriota), caudilhada pelo General Francisco Franco Bahamonde, foi fator determinante para a consolidação das ditaduras salazarista e franquista, que viriam a sobreviver ao colapso do fascismo europeu no pós-Segunda Guerra Mundial e perdurar até 1974, em Portugal, e 1975, em Espanha.

Palavras-chave: Guerra Civil de Espanha (1936-1939), *Estado Novo*, António de Oliveira Salazar, Francisco Franco Bahamonde, relações luso-espanholas.

Abstract: The Spanish Civil War (1936-1939), described by the foremost Portuguese hispanist, César Oliveira, as “the last of the political-ideological-religious war in Europe”, had profound international ramifications, from Lisbon to Moscow, and, if we include the participation of the International Brigades, from Havana to Shanghai. An opinion shared by Portuguese dictator António de Oliveira Salazar, who famously defined the conflict as an “international war fought in a national battlefield”. In truth, the civil war in Spain presented itself as an unique opportunity to radicalise the *Estado Novo*, born out of a military dictatorship that emanated from the 28 May 1926 *coup d'état*. Concomitantly, the second (and equally important) objective of the Portuguese regime was to overthrow and replace Spanish democracy, established in 1931 and therefore still in its infancy, with a form of government ideologically compatible with the *Estado Novo*. The triumph of the self-proclaimed Nationalist faction (a choice of name that implied that the Republic was, somehow, antipatriotic), headed by General Francisco Franco Bahamonde, played a decisive role in the consolidation of *Salazarism* and *Francoism*, both of which would survive the collapse of European fascism and endure until 1974 in Portugal and 1975 in Spain.

Keywords: Spanish Civil War (1936-1939), Portuguese *New State*, António de Oliveira Salazar, Francisco Franco Bahamonde, Portuguese-Spanish relations.

“A TARA DO PATRIOTISMO PORTUGUÊS”

O apoio incondicional do Estado Novo aos insurgentes espanhóis tem de ser entendido à luz do que António Sardinha, ideólogo do Integralismo Lusitano⁵, identificou, em 1924, como: “ a tara mais grave do patriotismo português - tara que, diminuindo e encobrindo tudo o que há de universal no nosso génio, parece instituir como condição basilar da nossa independência um ódio fundo - um ódio cego, um ódio irracional à Espanha.”⁶ Contudo, para a direita reacionária portuguesa, de monarquistas a fascistas, o perigo espanhol era exclusivamente circunscrito à esquerda política. Salazar não foi exceção e esta “tara” foi agravada pela obsessão pessoal do ditador pelo minúsculo Partido Comunista Português (PCP). No mesmo ano em que estala a guerra de Espanha, o Secretário-Geral do PCP, António Bento Gonçalves, é enviado para o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde viria a falecer em 1942.⁷ No que toca à oposição armada republicana, conhecida como o Revirálho, encontrava-se neutralizada desde 1931.⁸ Indiferente a esta sequência de eventos, o Estado Novo manipulou o que o historiador espanhol Hipólito de la Torre apelidou de “fractura peninsular”⁹, numa tentativa de forçar o argumento maniqueísta de que o desmantelamento do regime e o retorno à democracia parlamentar conduziriam o país a um caos semelhante ao que se vivia em Espanha, com a agravante de que Portugal corria o risco de ser absorvido pela nação vizinha por via do internacionalismo “vermelho”, ou seja, a Frente Popular, composta por uma aliança heterogénea de republicanos liberais, socialistas e o microscópico *Partido Comunista de España* (PCE), que venceu de forma inequívoca as eleições de 16 de Fevereiro de 1936.¹⁰ De facto, a campanha antirrepublicana orquestrada pelo Estado Novo, iniciada pouco após a proclamação da própria República a 14 de Abril de 1931, conheceu o seu apogeu durante a jornada eleitoral e arrastou-se até ao golpe militar de 18 de Julho de 1936. Nela participaram os grandes órgãos de imprensa nacional: o *Diário da Manhã*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *A Voz*, *Novidades*, *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro* e o *Comércio do Porto*. A única exceção foi *A República*, que, dentro dos claustrofóbicos limites impostos pela censura, dava o seu apoio ao regime espanhol. Previsivelmente, no dia 16 de Fevereiro, a imprensa assegurou que a direita tinha vencido as eleições.¹¹ Para grande consternação do Estado Novo, o regime espanhol era democrático e o triunfo eleitoral da Frente Popular provocou a histeria coletiva dos *apparatchik*. Sem ponta de ironia, a 5 de Março o embaixador português em Espanha, Riba Tâmega, descreveu Manuel Azaña, o primeiro-ministro espanhol e líder do moderado e laico partido *Izquierda Republicana*, como um “autocrata”.¹²

O APOIO DO ESTADO NOVO À ESPANHA NACIONALISTA

O Estado Novo prestou auxílio aos rebeldes militares nos primeiros momentos do golpe de estado de 18 de Julho de 1936. Quando o embaixador

da Espanha em Lisboa, Claudio Sánchez Albornoz, solicitou que Portugal impedisse o voo do General Sanjurjo, líder da rebelião militar e exilado no Estoril após um outro golpe fracassado no dia 10 de Agosto de 1932, o governo nem se dignou a agraciar o pedido do representante diplomático espanhol com uma resposta. E a única exigência imposta aos sediciosos foi que o avião decolasse de um aeródromo civil. A decisão foi acatada mas a decolagem correu mal, provocando a queda do aparelho e a morte do General Sanjurjo. Deste então, surgiram uma babel de teorias exóticas sobre a causa do acidente, sendo que a mais consistente é a de que o general, conhecido pela sua vaidade, exigiu levar todos os seus fatos militares, o que sobrecarregou o avião.¹³

A assistência portuguesa à causa franquista tem de ser aquilatada tendo em conta as profundas debilidades demográficas, tecnológicas, militares e económicas do país. Os seus cerca de 7 milhões de habitantes eram eclipsados pelos 25 milhões de habitantes da vizinha Espanha.¹⁴ O exército português continuava a ser uma imagem fidedigna do atraso económico-industrial da nação, vinte anos após a debacle que foi a breve mas desastrosa participação do Corpo Expedicionário Português (CEP) na Primeira Guerra Mundial que, num único dia (9 de Abril de 1918), foi aniquilado pelo exército alemão.¹⁵ Como seria de esperar, o apoio luso à Espanha rebelde foi largamente ultrapassado pela ajuda militar alemã e italiana. A participação da Legião Condor, imortalizada por Pablo Picasso após a destruição de Guernica, e os cerca de 70,000 “voluntários” italianos do *Corpo Truppe Volontarie* (CTV), foram ambos determinantes para a vitória do General Franco.¹⁶ Por último, o Estado Novo, que se apresentava *ad nauseam* como garante da preservação do Império Português, sabia de sobejo que o seu império era sustentado pela aliança luso-britânica. Ao proclamar que “Portugal constitui, com as suas colónias, um todo” e que “não partilhamos as nossas colónias [...] Não no-lo permitem as nossas leis constitucionais; e, na ausência desses textos, não no-lo permitiria a consciência nacional”, Salazar estava ciente que a sobrevivência do Estado Novo estava inextricavelmente ligada à continuidade do Império Português.¹⁷ Resumindo, Portugal tinha muito a perder se a sua política externa antagonizasse o Reino Unido, ou na eventualidade de entrar em rota de colisão direta com a República caso esta vencesse a guerra.

Mesmo assim, o apoio diplomático, logístico e material prestado pelo Estado Novo à Espanha Nacionalista foi de importância capital para salvar um golpe de estado condenado ao fracasso após a derrota dos rebeldes nas maiores cidades de Espanha (Madrid e Barcelona), o isolamento da tropa de elite rebelde - o Exército de África – no protectorado espanhol de Marrocos e ausência de contiguidade territorial entre as duas zonas insurgentes. Nas primeiras semanas do conflito, quando o exército do Norte comandado pelo General Mola, o *Director* do golpe, se encontrava perto da implosão

por escassez de material de guerra, o Estado Novo aceitou que os rebeldes utilizassem o território nacional para fazer às tropas de Mola as munições depositadas na capital do sul, Sevilha, controlada pelo sanguinário General Queipo de Llano. Foi o próprio *Jefe del Aire* franquista durante a guerra civil, o General Alfredo Kindelán, que fez questão de mencionar o Estado Novo nas suas memórias, ao qual agradece por ter salvado os soldados do Exército do Norte, que:

chegaram a ver-se numa situação muito crítica, por terem quase esgotadas as munições [...] pelo que lhas tivemos que enviar [...] através do território de Portugal, país que, com visão certa e carinho que merece gratidão dos espanhóis, facilitou desde o primeiro momento tudo quanto lhes pedimos.¹⁸

Sem a frente norte, o Exército Republicano ficaria livre para jugular os focos rebeldes a sul e pôr fim a um *putsch* que acabou por degenerar numa sangrenta guerra civil que causou centenas de milhares de mortos. O território português também serviu de escala para o envio de aviões militares alemães para a zona sublevada. Segundo o repórter britânico Ralph Fox:

Os carros oficiais do governo de Burgos, ostentando placas que indicavam terem sido requisitados pelas autoridades militares rebeldes, circulavam livremente por Lisboa, do hotel Avis, que era o seu estado-maior, para os ministérios portugueses ou para o hotel Vitória, o seu centro organizativo [...] Uns eram oficiais das forças franquistas em gozo de licença, outros membros da Falange, a organização fascista de Espanha, com missões no estrangeiro.¹⁹

Várias empresas portuguesas forneceram material bélico aos rebeldes, desde munições a granadas e metralhadoras, mas, como o Estado Novo não possuía capacidade para satisfazer a máquina de guerra franquista, os insurretos utilizaram empresas portuguesas para comprar armamento a congêneres estrangeiras, circundando assim o embargo de armas imposto à Espanha. O volume do tráfico de armas era tal que a Checoslováquia chegou a cancelar um fornecimento a Portugal por receio que este fosse encaminhado para a Espanha Nacionalista.²⁰ Um relatório assinado pelo embaixador de Espanha em Lisboa confirma o envio massivo de munições, gasolina, dinheiro e víveres para a zona rebelde.²¹ No dia 3 de Agosto, a liderança Nacionalista, na pessoa do Presidente da recém-criada Junta de Defesa Nacional de Burgos, o General Miguel Cabanellas, demonstrou toda a sua gratidão pessoal a Salazar pelo auxílio prestado à causa insurreta:

quer expressar-lhe o nosso mais profundo e sincero agradecimento pela atitude espontânea, nobre e generosa

com que esse país, essa imprensa e essas estações de rádio compreendem e aliviam com o seu carinhoso apoio os momentos tão duros que actualmente vivemos e sofreremos com o nascer de uma nova Espanha.²²

A suposta neutralidade portuguesa era um mito. Lisboa transformou-se num verdadeiro bazar de guerra, um centro logístico para a compra e trânsito de material militar, que patrocinava a caravana da morte que era o Exército Nacionalista na sua sangrenta marcha de Sevilha a Madrid. Cerca três semanas mais tarde, e apenas uns dias após o horrífico massacre de Badajoz do dia 14 de Agosto, prelúdio que foi da futura política de extermínio nazi, o regime salazarista não sentiu nenhum impedimento de natureza ética em continuar a funcionar como sustentáculo dos rebeldes espanhóis. No dia 22 de Agosto, atracavam em Lisboa os navios alemães *Kamerum* e *Wigbert* com oito toneladas de equipamento militar para abastecer a *Columna Madrid*, também conhecida por *Columna de la muerte*. A celeridade com que se efetuou o transporte do material bélico para a zona rebelde foi apenas possível graças à intervenção pessoal de Salazar, que no dia anterior, de forma cínica, tinha dado a sua adesão – esta sim, condicional - ao acordo de não-intervenção proposto pela França a princípios do mês de Agosto.²³ O apoio massivo que Portugal dispensava aos revoltosos não passou despercebido e incentivou o eminente repórter norte-americano Jay Allen a deslocar-se à capital portuguesa. Dessa viagem, que acabou por levar Allen até Badajoz, surgiu a uma das crónicas mais marcantes do jornalismo contemporâneo (“Slaughter of 4,000 at Badajoz, city of horrors”), publicada no dia 30 de Agosto no *Chicago Daily Tribune*.²⁴ Por último, a espinhosa questão dos combatentes portugueses nas fileiras insurretas: muito por culpa da política de falsa neutralidade defendida por Salazar, os voluntários portugueses nunca formaram os seus próprios batalhões mas foram antes inseridos em unidades já existentes, especialmente na Legião Estrangeira, a unidade mais sádica do exército franquista. O jornalista Félix Correia assegurou, no dia anterior à toma de Badajoz, que o líder da Legião, o irascível Coronel Juan Yagüe, nutria “uma verdadeira ternura pelos legionários portugueses - que são uns mil”.²⁵ O falangista Yagüe, até então apelidado de “hiena das Astúrias”, por ter tomado parte na brutal repressão de uma greve revolucionária em 1934, ficou posteriormente conhecido como o “carniceiro de Badajoz”. O número total de voluntários portugueses ainda está por apurar, contudo, o historiador Rui Aballe Vieira, que se encontra presentemente a concluir uma tese de doutoramento sobre o tema, adianta que um mínimo de 4,000 portugueses lutaram nas fileiras rebeldes durante a guerra civil.²⁶

A GÉNESE DA POLÍTICA EXTERNA SALAZARISTA: O “PERIGO

VERMELHO”

As razões que ditaram a política de Salazar *vis-à-vis* a Espanha obedeciam a imperativos de ordem ideológica. Portugal não tinha quaisquer reivindicações territoriais e muito menos interesse em marcar uma posição na Europa. Todos os esforços se centravam na preservação de um império pluricontinental decrépito. Para Salazar, o “Problema que se põe é nitidamente a vitória do exército ou implantação dentro em pouco do comunismo. [...] Não é luta susceptível de mediação nossa, pois naquela segunda hipótese somos os mais directa e prontamente ameaçados.”²⁷ Mais do que o horror a uma hipotética invasão “vermelha”, a grande prioridade de um regime que se autodenominava como ultranacionalista devia ser a eterna questão de Olivença, território português anexado pela Espanha após a desastrosa Guerra das Laranjas, de 1801, reconhecido pelo invasor como parte integrante de Portugal em 1817, mas que nunca chegou a ser devolvido. Curiosamente, foi a ditadura franquista, aliada de Salazar, o regime que mais se esforçou para diluir a presença cultural portuguesa em Olivença, chegando ao extremo de conceber e executar, em 1956, um programa de colonização do território oliventino.²⁸ Apesar de ser um tema menor, a questão de Olivença exemplifica a natureza suicida da estratégia delineada por Salazar, em 1936, que viria a ter consequências nefastas para Portugal em 1940.

Na realidade, a temida “invasão comunista” era um produto da paranoia anticomunista do Estado Novo. O próprio governo britânico mostrava-se perplexo perante a fobia portuguesa. Anthony Eden anotou, no seu diário, que:

No dia 29 de Julho, veio ver-me ao Foreign Office o ministro dos Negócios Estrangeiros português, sr. Monteiro, expressando-me os seus receios de uma invasão de Portugal se as esquerdas triunfassem em Espanha. Disse-lhe que esse prognóstico não parecia muito verosímil mas não se tranquilizou.²⁹

Durante a Guerra de Espanha, a maior “ameaça” ao governo salazarista foi o mirífico Plano Lusitânia (ou Plano L), delineado em 1937 pela elite republicana portuguesa no exílio e que nunca passou do papel precisamente por ser, esse sim, inverosímil. O Plano L idealizava a criação de um grupo militar exclusivamente composto por cidadãos lusos alistados nas fileiras republicanas, que, agrupados numa unidade especializada e coadjuvado pelo Exército Republicano do Centro (que romperia as linhas franquistas na zona da Extremadura), invadiria Portugal.³⁰

AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA SALAZARISTA: OS REFUGIADOS ESPANHÓIS EM PORTUGAL

Em harmonia com uma política externa assente numa máscara de neutralidade, o Estado Novo dispensou tratamentos diferenciados aos refugiados militares e civis republicanos, sendo que os primeiros foram encarcerados em prisões militares e os segundos entregues à recém-criada polícia política do Estado Novo, a temida Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).³¹ Já os refugiados franquistas eram recebidos de braços abertos. Desigual foi também o tratamento dado aos aviões de ambas as facções que se viram obrigados a fazer aterragens de emergência em Portugal. Os Nacionalistas eram atestados de combustível e autorizados a prosseguirem a sua missão; já os aviões republicanos eram apreendidos. O armamento confiscado aos republicanos foi sistematicamente reencaminhado para a zona sublevada. Por seu lado, a facção Nacionalista, em sinal de gratidão pela colaboração portuguesa, adotou uma política de reciprocidade: os portugueses “vermelhos” que escapavam ao fuzilamento *in situ* eram entregues à PVDE, não poucas vezes após serem “agredidos, revistados e expulsos”, sem que o Estado Novo movesse um dedo em sua defesa.³² Esta política chegou a criar atritos entre as diferentes forças militares e paramilitares encarregues de vigiar a fronteira luso-espanhola. No dia 6 de Dezembro de 1936, a Guarda Fiscal de Ameijoeira (Melgaço, Viana do Castelo) impediu, de forma violenta, a violação do território nacional por parte de uma esquadra de falangistas que entraram em Portugal devidamente autorizados pela PVDE, “ameaçando de morte” a população raiana de Ribeira de Baixo.³³ Em não poucas ocasiões, fizeram-se entregas massivas de republicanos que procuravam escapar ao avanço das colunas militares franquistas. O volume de refugiados foi particularmente intenso nas primeiras semanas de guerra, quando quase um milhar foi internado em dois campos de refugiados na zona de Barrancos.³⁴ Em 1936, o embaixador espanhol em Paris, estimava que o número de refugiados republicanos em Portugal ascendia aos 3,000, isto após a repatriação de 1,435 pessoas a bordo do navio *Niassa* em outubro desse mesmo ano.³⁵ O número total de refugiados não foi, certamente muito superior porque o governo português adotou uma postura preventiva, encerrando a fronteira, não só para facilitar a política de extermínio dos rebeldes, mas também na esperança de minimizar a já de si intensa inquietação internacional relativamente à postura de Portugal perante ao conflito. Assim sendo, o Estado Novo ordenou que as unidades de patrulha da fronteira impedissem, “por todos os meios”, a entrada de refugiados em território luso. Em Castelo Branco, apenas onze dias antes dos eventos de Badajoz, “muitas mulheres e crianças pretenderam fugir para Portugal mas desistiram desde que lhes disseram que ficariam detidas”.³⁶ O massacre que na época chocou o mundo e continua, até hoje, a traumatizar a Espanha, não sensibilizou o regime português, que se manteve intransigente. Se algo aconteceu foi um reforço na vigilância da raia, onde as tropas portuguesas organizavam batidas coordenadas com os rebeldes.³⁷

Particularmente trágico foi o caso de uma coluna de 500 a 600 republicanos que “resistiram até ao último, não se entregando a Portugal por saber que depois fariam a sua entrega aos nacionalistas”, isto após percorrerem dezenas de quilómetros ao longo da raia em busca de santuário.³⁸ Curiosamente, a postura do Estado Novo para com os refugiados republicanos foi mais tarde replicada durante a Segunda Guerra Mundial, desta vez com refugiados judeus.³⁹

AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA SALAZARISTA: BADAJOZ

A 14 de Agosto, enquanto as tropas nacionalistas entravam em Badajoz e Portugal selava o seu lado da fronteira, concluindo assim o “cerco” ao município mais populoso da Extremadura espanhola, Salazar, acompanhado pelo Presidente da República, o General Óscar Carmona, viajava até ao Mosteiro da Batalha para assistir à cerimónia de comemoração do aniversário da histórica batalha de Aljubarrota de 14 de Agosto de 1385, onde a vitória do exército português assegurou a independência do país face ao agressor espanhol. Ironicamente, foi nesse mesmo dia que Salazar confirmou a sua posição subalterna para com uma Espanha franquista sedenta de sangue e império, começando com a colonização interna do país.

Não restam dúvidas de que Portugal tinha conhecimento detalhado do *modus operandi* das colunas franquistas. Uma rede extensa de consulados e correspondentes de guerra portugueses mantinham o Estado Novo informado. A título de exemplo, o cônsul português em A Coruña enviava relatórios detalhados sobre os fuzilamentos na cidade, incluindo os de cidadãos portugueses. Já os repórteres de nacionalidade portuguesa gozavam de tratamento preferencial na zona Nacionalista, um território particularmente perigoso para jornalistas não afetos à causa insurreta. Em 1936, o jornalista Leopoldo Nunes, amigo pessoal do excêntrico General Queipo de Llano, visitou a região mineira de Huelva, ainda leal à República, onde entrevistou vários grupos de mineiros. Mais tarde, regressou a Sevilha, onde informou Queipo da localização, número e armamento dos republicanos, que foram massacrados sem piedade.⁴⁰ Todas as dúvidas acerca dos verdadeiros objetivos da rebelião, foram brutalmente dissipadas por Gonzalo Aguilera, o oficial de enlace dos jornalistas estrangeiros na zona nacionalista, que afirmou, de forma perentória:

Isto é uma guerra entre raças e não apenas uma guerra de classes. Você não entende porque não nota que existem duas raças em Espanha – uma de escravos e outra de governantes. Esses vermelhos, desde o presidente Azaña até aos anarquistas, são todos escravos. É nosso dever colocá-los de volta no seu devido lugar – sim, acorrentá-los novamente. O sistema de esgotos modernos provocou

esta guerra. Claramente – porque a selecção natural teria matado a maior parte dos vermes “vermelhos”. [...] Temos de acabar com os esgotos.⁴¹

Para a profunda consternação da cúpula rebelde, Jay Allen, que tinha já visitado a Espanha em numerosas ocasiões e falava fluentemente a língua, estava ciente desta dinâmica social (ou “racial”) e sabia onde farejar uma história, até nos “esgotos”. Segundo Allen, a maioria dos correspondentes de guerra estavam interessados na dicotomia Fascismo-Comunismo, quando, na realidade, “a rebelião de Franco é a Revolução Francesa virada ao avesso”.⁴² Allen colocou o dedo na ferida. A grande ambição dos revoltosos era introduzir, pela força, o neo-feudalismo em Espanha. O exemplo maior desta política é precisamente Badajoz, uma província que ainda tentava emancipar-se do feudalismo, onde a tão ansiada reforma agrária teve maior impacto e por essa razão foi martirizada pelos rebeldes.⁴³ Entre as tropas insurgentes corria a piada macabra que os republicanos fuzilados tinham finalmente conseguido a tão ansiada reforma agrária e estavam agora a receber um pedaço de terra - a vala comum.

A magnitude da chacina de Badajoz, que pode ter aniquilado até 10% da população local, na sua vasta maioria civis, expôs, de forma crua, as consequências funestas do colaboracionismo do Estado Novo. Após romper o perímetro defensivo, o exército rebelde, devidamente encorajado pela chefia militar, entrou numa orgia homicida, assassinando indivíduos de forma aleatória e com requintes de sadismo, de modo a criar uma atmosfera de terror. A cidade foi posta a saque e a violência sexual contra as mulheres republicanas atingiu um novo patamar de misoginia. Centenas de prisioneiros foram levados para a praça de touros e fuzilados. Em algumas ocasiões, grupos de latifundiários portugueses foram convidados a assistir às execuções como recompensa pela captura e entrega de refugiados republicanos. No dia 15, o repórter português Mário Neves, que viu uma multidão de cadáveres espalhados por Badajoz, fala de um “espetáculo de desolação e de horror” na “cidade, que acaba de acordar de um grande pesadelo”. O ritmo das execuções era tal que os rebeldes se viram obrigados a incinerar os corpos dos fuzilados no cemitério. Após ser presenteado com a “visão dantesca” de 300 cadáveres carbonizados e ter-lhe sido dito por um padre que “mereciam isto”, Neves jurou nunca mais regressar a Badajoz. As colunas de fumo eram visíveis desde Elvas, cidade portuguesa situada apenas a cinco quilómetros de Badajoz, mas inacessível para os refugiados republicanos. Nos dias seguintes, grupos de falangistas armados entraram em Elvas à caça dos poucos espanhóis que conseguiram cruzar a fronteira. O Governador Civil de Badajoz, Miguel Ruiz Granados, que se encontrava internado no hospital de Elvas, foi salvo graças à intervenção do diretor do hospital. Menos sorte tiveram o alcaide de

Badajoz, Sinforiano Madroño, e os deputados Nicolás de Pablo e Anselmo Trejo, entregues aos insurrectos e executados. Nem todos conseguiram anestesiá-los a sua consciência. O repórter Mário Pires enlouqueceu e teve de ser internado num hospital psiquiátrico, enquanto Mário Neves e Jay Allen ficaram traumatizados para o resto das suas vidas.⁴⁴

Por último, em Olivença, o alcaide Ignacio Rodríguez Méndez, leal à República, certificou-se que nenhuns excessos seriam cometidos na sua cidade, cuja rendição negociou com as tropas golpistas a 17 de Agosto, na esperança de evitar derramamento de sangue. Um total de 130 pessoas foram posteriormente executadas em Olivença. Nem um único protesto se fez ouvir da parte do governo luso contra o que devia ter sido considerado, de acordo com o ideário ultranacionalista do Estado Novo, um massacre de cidadãos portugueses.⁴⁵

A “GUERRA” DO ESTADO NOVO: A FRENTE DIPLOMÁTICA

A política externa do Estado Novo após a queda de Badajoz também expôs, de forma inequívoca, a relação simbiótica entre o regime português e a Espanha franquista. A forma desavergonhada com que Portugal protegeu os revoltosos nas instâncias internacionais atingiu novos patamares de hipocrisia em Outubro, quando o Estado Novo acusou diretamente a URSS de planear e armar uma revolução comunista em Espanha, especialmente no sul do país, onde se deu o massacre de Badajoz.⁴⁶ O xadrez diplomático traçado por Salazar pressupunha que Portugal não podia demonstrar, de forma tão evidente, a sua ligação umbilical com os insurrectos, que só viriam a ser oficialmente reconhecidos como governo legítimo de Espanha a 28 de Abril de 1938, quando a derrota da República, abandonada pelas potências democráticas, era já inevitável. Duas semanas antes (14 de Abril), as tropas rebeldes tinham entrado em Viñaroz, na costa valenciana, partindo o território republicano em dois e deixando a Catalunha à mercê dos insurgentes. A estratégia salazarista foi pré-planeada e executada com precisão mecânica. No dia 21 de Agosto de 1936, Salazar adere ao acordo de não-intervenção. No dia seguinte, Portugal transfere a sua embaixada de Madrid para Alicante. A 8 de Outubro, o ministro dos negócios estrangeiros português faz saber a todo o pessoal diplomático que “as relações com embaixadores do governo de Madrid deverão ser corretas mas de extrema frieza”. A 12 de Outubro, dá-se por concluída a repatriação de cidadãos portugueses que se encontravam em Alicante. Por fim, no dia 23 de Outubro, usando o pretexto de uma violação da correspondência diplomática endereçada à embaixada de Alicante, a revista de várias malas de funcionários diplomáticos e as acusações do embaixador espanhol em Lisboa, dá-se o corte de relações com a República.⁴⁷ Na ressaca destes eventos, Salazar exonera Armindo Monteiro e aut nomeia-se ministro dos negócios estrangeiros a 6 de Novembro de 1936. As razões que impeliram

Salazar a não reconhecer os revoltosos como governo legítimo de Espanha foi explicada pelo próprio numa carta endereçada a Armindo Monteiro:

Na orientação política que temos seguido, inspirada nos nossos próprios interesses, favoráveis à causa do nacionalismo em Espanha, duas considerações, entre outras, tenho tido presentes ao espírito: 1º A necessidade de nos assegurarmos de que os actos que praticamos, ou as atitudes que assumimos com respeito a certos problemas, correspondem também às conveniências do general Franco e constituem assim para ele vantagem real, no ponto de vista da marcha dos acontecimentos em Espanha. 2º A possibilidade de fazermos em favor do general Franco, sem perigo para nós, antes com prestígio para o Governo português e para os seus agentes, algumas diligências no campo diplomático tendentes a esclarecer sobre os verdadeiros objectivos políticos do general e desfazer ou atenuar, na medida do possível, os receios e suspeições dos Governos que lhe são menos favoráveis, especialmente do Governo inglês, ao qual mais facilmente podemos dar as nossas informações.⁴⁸

A saga da adesão de Portugal ao acordo e ao Comité para a aplicação de acordos de não-intervenção (o Comité de Londres) é exemplificativa do cinismo de Salazar e dos fundamentos ideológicos que ditaram a sua política externa. Só a 21 de Agosto é que Portugal, sob imensa pressão internacional, adere ao acordo de não-intervenção inicialmente proposto pela França no dia 3, com uma lista de reservas, incluindo “a defesa contra qualquer regime de subversão social que se estabeleça em Espanha, se a necessidade de salvaguardar a civilização ocidental o reclamar”.⁴⁹ Além de descredibilizar o acordo, Salazar considerava o “seu” Estado Novo e os carrascos de Badajoz como baluartes da “civilização ocidental”. A integração de Portugal na Comissão para a aplicação do acordo de não-intervenção é igualmente problemática e tardia, apesar da constante pressão britânica.⁵⁰ Portugal recusa formalmente fazer parte do Comité de Londres a 22 de Setembro, por via de uma nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros, que descreve a guerra civil como um confronto entre o “Exército e o comunismo”.⁵¹ Portugal entra finalmente no Comité no dia 29 de Setembro, quando já todo o lado espanhol da raia se encontrava integrada na zona franquista. O *modus operandi* de Portugal obedecia a um padrão claro: sabotar ou protelar todos os esforços diplomáticos até que a proposta se torne ou irrelevante, ou favorável aos rebeldes. Foi precisamente isto que se passou com uma iniciativa franco-britânica para negociar o fim da guerra a 5 de Dezembro de 1936. O pacote de medidas incluía um combate ao tráfico de armas através da fiscalização das fronteiras espanholas, uma proposta que o governo português rejeitou em Janeiro, mas que reconsiderou e aceitou em Fevereiro (sob condição de que os fiscalizadores fossem britânicos), após a conquista de Málaga pelos rebeldes, que se transformou em outro banho de sangue quando uma multidão de

refugiados, na sua maioria civis, decidiram abandonar Málaga e, no caminho para Almería, foram bombardeados por terra, mar e ar, causando milhares de mortes.⁵² A fiscalização da fronteira acabou por ser implementada em Março e interrompida em Junho.⁵³ Nesse mesmo outono de 1937, desaparecia a frente norte, após uma campanha rebelde vitoriosa que começou em 1936 com uma série de bombardeamentos pirómanos planeados pelo General Mola e executados pela Legião Condor alemã, e que se deu por concluída em 1937 com fuzilamentos em massa nas Astúrias.⁵⁴ Enquanto o exército franquista cometia crimes de guerra, o Estado Novo utilizava a Sociedade das Nações como uma plataforma para promover a causa Nacionalista.⁵⁵ A 30 de Setembro de 1936, Armindo Monteiro acusou o governo republicano de não representar a vontade nacional de Espanha, mas apenas alguns grupos políticos.⁵⁶ Sobre o tema do fim negociado do conflito, Salazar foi claro:

mostramo-nos favoráveis a todas as ideias humanitárias, mas temos a mediação por perigosa quando não fosse, como é, impraticável e prejudicial pelo seu malogro. [...] Não ousamos, por isso, dar adesão a uma ideia que assenta numa confiança que não partilhamos em certos actos eleitorais, que não conta com a invencível dificuldade de garantir um mínimo de liberdade.⁵⁷

O PACTO IBÉRICO

Portugal podia estar a “salvo” do comunismo e do anarquismo, ambos condenados, tal como a democracia espanhola, a um fim agonizante, mas não do expansionismo fascista. Foi precisamente o apoio do Estado Novo à facção franquista que viria, volvidos quatro anos, a colocar em risco a própria independência de Portugal. A natureza incondicional da colaboração portuguesa rapidamente degenerou numa relação de subserviência para com a Espanha rebelde. Já finda a guerra, num discurso pronunciado a 22 de Maio de 1939, Salazar fez referência aos:

homens que abandonaram a sua vida, interesses e cómodos foram combater pela Espanha, morreram pela Espanha [...] Orgulho-me que tenham morrido bem e todos - vivos e mortos - tenham escrito pela sua valentia mais uma página heroica da nossa História. [...] Não temos nada a pedir, nem contas a apresentar. Vencemos, eis tudo.⁵⁸

De facto, Salazar não pediu nada. Na sua obsessão em manter as aparências, o ditador proibiu os voluntários lusos que lutaram em Espanha de desfilarem em Lisboa. Em Madrid, no desfile da vitória de 19 de Maio de 1939, os cerca de 500 portugueses inseridos na *V bandera* da Legião

Estrangeira passaram praticamente despercebidos. A única verdadeira homenagem foi organizada pelo embaixador de Espanha em Portugal. Mais, Salazar deu tudo. Os franquistas puderam recrutar, sem impedimento algum, voluntários (alguns deles menores de idade) em território português, aos quais mais tarde viriam a recusar pensões de guerra. Alguns voluntários acabariam numa situação de penúria extrema.⁵⁹ Salazar tudo deu, nada pediu e nada recebeu. A Espanha Nacionalista dispensou aos voluntários portugueses o mesmo tratamento reservado para as tropas marroquinas, que na época eram sujeitos coloniais. As consequências da humilhante política de subserviência salazarista fizeram-se sentir durante o decurso da guerra civil. A Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, formada em Março de 1937, rapidamente reconheceu a ânsia de império franquista. O relatório do major-médico Pinto da Rocha alertou para:

O potencial militar da Espanha, relativamente ao anterior à guerra, está formidavelmente aumentado. Dispõe de um milhão de homens aguerridos, de uma aviação poderosa, de uma indústria de guerra com extraordinárias possibilidades e de um tão grande “stock” de munições que não tem locais apropriados suficientes para o guardar.

Simultaneamente, o relatório reconhece a existência de um “desejo latente de União Ibérica.”⁶⁰ “Outro relatório, menciona “ideais imperialistas” abertamente manifestados pelos rebeldes e que compreendem a “necessidade de abolir fronteiras entre Portugal e Espanha”.⁶¹ Eram precisamente esses “ideais” e o “desejo latente”, irmanado com a megalomania imperialista da Falange Espanhola de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista, organização fascista e partido único no país vizinho, que pressagiavam um futuro pouco auspicioso para as relações luso-espanholas, especialmente após a publicação de mapas da Península Ibérica sem fronteiras.⁶² Ignorando estes sinais, a 27 de Outubro de 1938, Salazar confirmou a sua adesão à causa insurgente, concluindo que “a mim pareceu-me desde o começo evidente que o maior interesse da Espanha nacionalista estava em manter-se neutral em qualquer conflito eventualmente nascido dos problemas do Centro europeu”.⁶³ Estava rotundamente enganado, apesar da assinatura do Tratado de Amizade e Não-Agressão, também conhecido como o Pacto Ibérico, pouco antes do fim da guerra, no dia 17 de Março de 1939.⁶⁴ A 1 de Abril, terminava a Guerra Civil de Espanha com a rendição incondicional do que restava do exército republicano, mas não a guerrilha que Franco tinha declarado à população civil republicana, por via da Lei de Responsabilidades Políticas (13 de Fevereiro), com efeitos retroativos até 1934. No dia 1 de Setembro, eclode a Segunda Guerra Mundial com a Espanha a gravitar na órbita do Eixo. Portugal não só

possuía influência nula sobre um regime totalmente seduzido pela Alemanha Nazi e a Itália Fascista, como também fazia parte dos planos imperialistas franquistas. O embaixador luso em Espanha, Pedro Teotónio Pereira, num relatório intitulado “Antecedentes do Protocolo ao Tratado de Amizade e Não-Agressão”, faz referência a uma conversa mantida em Junho de 1940 com Ramón Serrano Súñer, falangista, cunhado de Franco e ministro do interior, em que o *Cuñadísimo* admitiu que a Alemanha nunca toleraria um Portugal aliado do Reino Unido e que à Espanha lhe restariam duas opções: ou deixava as tropas alemãs cruzar o seu território para invadir Portugal, ou encarregar-se-ia ela mesma de ocupar o país vizinho. A hipótese de honrar o Pacto Ibérico não foi sequer tida em consideração. Tão grave era a ameaça que Teotónio Pereira decidiu viajar até Lisboa para implorar a Salazar que chegasse a um segundo acordo com Franco, o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não-Agressão, assinado a 30 de Julho de 1940.

O mito de que Salazar manteve a Espanha fora da Segunda Guerra Mundial corre em paralelo com a lenda, montada pela máquina de propaganda franquista, de que o *Generalísimo* salvaguardou a neutralidade do seu país.⁶⁵ O único elemento comum a ambas as narrativas é o de que são igualmente falsas. Representam tentativas desesperadas para demonstrar a genialidade de ambos os ditadores e legitimar os seus respetivos regimes após a queda do Terceiro Reich e o subsequente isolamento do fascismo ibérico. Na realidade, a neutralidade e integridade territorial de Portugal foram ambas asseguradas, de forma definitiva, não a 29 de Julho de 1940, mas a 23 de Outubro, em Hendaia, numa reunião de chefes-de-estado onde não esteve presente um único representante diplomático português. Nesse encontro entre Franco e Hitler, o *Führer* determinou que não estava disposto alimentar a quimera imperial de Franco e sacrificar o Magrebe francês, sob domínio do regime de Vichy, a uma Espanha em ruínas. O *Führer* certamente estava a par das opiniões das altas patentes do exército alemão que concluíram que “a situação interna da Espanha está tão “podre” que, enquanto parceiro político, ela é inútil. Teremos que atingir os nossos objetivos essenciais (Gibraltar) sem a sua participação ativa.”⁶⁶ Em suma, Franco só não entrou na guerra porque Hitler não o quis. A (in)validez do Protocolo Adicional ficou patente em Setembro, quando Serrano Súñer afirmou, numa reunião com o ministro dos negócios estrangeiros alemão, Joachim von Ribbentrop, que “Geograficamente, Portugal não tem direito a existir.”⁶⁷ Na segunda metade desse ano, é formulado um plano de invasão de Portugal como parte de uma guerra contra o Reino Unido, que seria, por sua vez, provocada por uma operação-relâmpago do exército espanhol contra Gibraltar. As 100 páginas do plano, repletas de informação detalhada, desde os antecedentes históricos até a uma análise da geografia física de Portugal, prova que a intenção de invadir o vizinho ibérico era infinitamente mais concreta que o especulativo Plano L. Igualmente

concretos seriam os 250,000 soldados a ser utilizados na operação, o dobro dos efetivos do exército português. Ironicamente, um dos pontos de entrada era a fronteira Badajoz-Elvas. Não mencionado no relatório, mas também previsível, seria o tratamento dispensado à população civil. Se Franco estava disposto a sujeitar o seu próprio povo a uma nova conflagração apenas um ano após a conclusão de uma devastadora guerra civil, então nada faria prever que o ditador tentasse poupar os civis portugueses das carnificinas que vitimaram os republicanos espanhóis. Aliás, a elite militar franquista, a começar pelo próprio *Generalísimo*, não conhecia outro método militar. Ao contrário do que apregoava Salazar, o perigo real encontrava-se na direita política.⁶⁸ Por sorte, a obsessão hitleriana com a União Soviética e o adiamento *sine die* dos planos nazis para invadir Gibraltar mantiveram a península Ibérica fora da guerra, algo praticamente impensável em Junho de 1940. No dia 10 desse mês, a Itália entra na Segunda Guerra Mundial. A Espanha, após abandonar a posição de neutralidade e declarar-se não-beligerante (o que, de facto, significava, pré-beligerante), ocupa Tânger (14 de Junho) e, apenas uns dias antes da reunião de Hendaia, a 16 de Outubro, Franco substitui dois ministros anglófilos, Luis Alarcón de la Lastra (Indústria) e Juan Beigbeder (Negócios Estrangeiros), por Demetrio Carceller Segura e Ramón Serrano Súñer, que acumulava as pastas do interior com a dos negócios estrangeiros. O próprio General Franco recusou comprometer-se a visitar Portugal e, em conversa com Teotónio Pereira, manifestou uma opinião pouco abonatória tanto do país como do seu ditador (além do seu deplorável antissemitismo): “Salazar obedece aos princípios antiquados, do respeito ao outro, ficção imposta pela oligarquia inglesa dominada pelas forças israelitas [...] A Salazar falta-lhe coragem, é homem de resoluções morosas, um tímido.”⁶⁹ Já Armindo Monteiro exorta o ditador português a “preparar o povo e a Administração para graves coisas” que “só por milagre não se darão.”⁷⁰ Salazar pode ter, de forma inconsciente, “salvado” Portugal dos horrores da Segunda Guerra Mundial ao incentivar e branquear os crimes de guerra perpetrados pelo exército franquista, o que deixou o país incapaz de se apresentar como um parceiro viável aos olhos do seu aliado nazi. Salazar não voltaria a ser presenteado com um segundo “milagre” quando, em 1961, decidiu envolver o país, desta vez de forma direta, numa guerra colonial anacrónica, traumática e absolutamente evitável, tal como a Guerra Civil de Espanha.

A pesquisa deste artigo foi financiada por um *Early Career Fellowship* da *Leverhulme Trust*.



The Leverhulme Trust

NOTAS

- ¹ FOX, Ralph, *Portugal now*. London: Lawrence and Wishart, 1937, p. 45.
- ² OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, p. 7.
- ³ URCELAY-MARAGNÈS, Denise, *La leyenda roja: los voluntarios cubanos en la guerra civil española*. León: Lope Sapiens, 2011; TSOU, Hwei-Ru; TSOU, Len, *Los brigadistas chinos en la guerra civil: la llamada de España (1936-1939)*. Madrid: Catarata, 2013.
- ⁴ *Dez Anos de Política Externa 1936-1947*, 12 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973-85, vol. III, p. 255.
- ⁵ DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, *António Sardinha (1887-1925): um intelectual no século*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006; MIGUEL, Ruy, *António Sardinha: monarquia e nacionalismo*. Lisboa: Contra Corrente, 2013.
- ⁶ SARDINHA, António, *A Aliança Peninsular*. Lisboa: edição viúva do autor, 1974, p. LXXI.
- ⁷ MADEIRA, João, *História do PCP: das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, pp. 15-110.
- ⁸ FARINHA, Luís, *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 240, 291.
- ⁹ DE LA TORRE GÓMEZ, Hipólito, *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal (1910-1919)*. Madrid: Espasa-Calpe, 1983.
- ¹⁰ TUSELL, Javier, *Las elecciones del Frente Popular en España*, 2 vols. Madrid: Cuadernos para el diálogo, 1971.
- ¹¹ DE LA TORRE GÓMEZ, Hipólito, *La relación peninsular en la antecámara de la Guerra Civil (1936-1939)*. Mérida: UNED, 1988; OLIVEIRA, César, *Portugal e a IIª República de Espanha (1931-1936)*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987, p. 100.
- ¹² OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, p. 111.
- ¹³ ANSALDO, Juan Antonio, *¿Para que? De Alfonso XIII a Juan III*. Buenos Aires: Editorial Vasca Akin, 1951, pp. 135-45; PRESTON, Paul, *Franco: a biography*. London: Fontana, 1995, pp. 151-52.
- ¹⁴ Instituto Nacional de Estatística (Portugal), VII Recenseamento Geral da população (1 Dezembro de 1930); Instituto Nacional de Estadística (Espanha), Censo de 1930.
- ¹⁵ AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos; MARTELO, David, *Portugal e a Grande*

Guerra, 4 vols. Vila do Conde: Verso da História, 2014; ROSAS, Fernando, Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*, vol. XXIX, 1994, pp. 871-87.

¹⁶ SAZ, Ismael; TUSSEL, Javier, *Fascistas en España: la intervención italiana en la Guerra Civil a través de los telegramas de la "Misión militar italiana en España" (15 diciembre 1936-31 marzo 1937)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1981; SAZ, Ismael, *Mussolini contra la II República: hostilidad, conspiraciones, intervención (1931-1936)*. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim/Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, 1986; VIÑAS, Ángel, *Franco, Hitler y el estallido de la Guerra Civil: antecedentes y consecuencias*. Madrid: Alianza Editorial, 2001; VIÑAS, Ángel, *La República en guerra: contra Franco, Hitler, Mussolini y la hostilidad británica*. Barcelona: Crítica, 2012.

¹⁷ SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1937, pp. 82, 264.

¹⁸ KINDELÁN, Alfredo, *Mis Cuadernos de Guerra 1936-1939*. Barcelona: Planeta, 1982, p. 89.

¹⁹ FOX, Ralph, *Portugal now*. London: Lawrence and Wishart, 1937, pp. 28-36.

²⁰ LOUÇÃ, António, *Conspiradores e Traficantes*. Lisboa: Oficina do Livro, 2005, pp. 36-40; OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, pp. 140-54.

²¹ VICENTE, António Pedro, O cerco à embaixada da república espanhola em Lisboa. In ROSAS, Fernando (coordenador), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Colibri, 1998, pp. 60-63.

²² OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, p. 148.

²³ "Portugal lets Nazi ship unload arms for Spain", *Chicago Daily Tribune*, 23 de Agosto de 1936.

²⁴ PRESTON, Paul, *We saw Spain Die: foreign correspondents in the Spanish Civil War*. London: Constable, 2009, pp. 341-97.

²⁵ CORREIA, Félix, *Quem vem lá? Gente de paz, gente de guerra*. Lisboa: ed. autor, 1940, p. 58.

²⁶ Entrevista com Rui Aballe Vieira, 30 de Dezembro de 2014. Aballe Vieira é autor de uma tese de mestrado sobre o envolvimento luso na Guerra Civil de Espanha intitulada *Tomar o Pulso ao Tigre: Missões Militares Portuguesas em Espanha, entre a vigilância e a cooperação (1934-1939)*. Ver a sua página no site do Instituto de História Contemporânea, disponível em: <http://ihc.fcsh.unl.pt/pt/ihc/investigadores/item/3936-rui-alexandre-aballe-da-costa-vieira>

²⁷ *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, p. 21.

²⁸ FITAS, Ana Paula, *Oliveira e Juromenha: uma história por contar*. Lisboa: Colibri, 2007.

²⁹ EDEN, Anthony, *Memórias, 1923-1938*, vol. I. Barcelona: Editorial Noguer, 1962, p. 524.

³⁰ *Diário de Lisboa*, 14 de Maio de 1984; OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 275-78.

³¹ FLUNSER PIMENTEL, Irene, *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

³² OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, p. 156-166.

³³ Arquivo Histórico-Militar, Ofício da Guarda Fiscal de Melgaço, 6 de Dezembro de 1936.

³⁴ SIMÕES, Maria Dulce, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha: memórias e testemunhos, 1936*. Barrancos: Câmara Municipal de Barrancos, 2007.

³⁵ ESPINOSA MAESTRE, Francisco, *La columna de la muerte: el avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona: Crítica, 2011, pp. 196-219.

³⁶ Arquivo Histórico-Militar, Ofício do Batalhão de Caçadores nº6 de Castelo Branco, 3 de Agosto de 1936.

³⁷ Arquivo Histórico-Militar, Ofício da Guarda Fiscal de Safara, 21 de Setembro de 1936.

³⁸ Arquivo Histórico-Militar, Ofício da Guarda Fiscal da Amareleja, 22 de Setembro de 1936.

³⁹ NINHOS, Cláudia; FLUNSER PIMENTEL, Irene, “Foi o Holocausto um fenómeno marginal nos países neutros?”, *Público*, 8/12/2014; NINHOS, Cláudia; FLUNSER PIMENTEL, Irene, *Salazar, Portugal e o Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates, 2013.

⁴⁰ NUNES, Leopoldo, *La Guerra en España*. Granada: Librería Prieto, 1937, pp. 127-36.

⁴¹ PRESTON, Paul, *We saw Spain Die: foreign correspondents in the Spanish Civil War*. London: Constable, 2009, p. 190-91.

⁴² *Ibidem*, p. 365-66.

⁴³ ESPINOSA MAESTRE, Francisco, *La primavera del Frente Popular: los campesinos de Badajoz y el origen de la guerra civil (marzo-julio de 1936)*. Barcelona: Crítica, 2007.

⁴⁴ Sobre o massacre de Badajoz: *Chicago Daily Tribune*, 30 de Agosto de 1936; ESPINOSA MAESTRE, Francisco, *La columna de la muerte*, pp. 167-84, 196-219, 337-400; LUIS MARTÍN, José (ed.), *Claudio Sánchez-Albornoz: Embajador de España en Portugal (mayo-octubre 1936)*. Ávila: Fundación Sánchez Albornoz, 1995, pp.157-60; PRESTON, Paul, *The Spanish Holocaust: inquisition and extermination in twentieth-century Spain*. London: HarperPress, 2013, pp. 318-22; NEVES, Mário, *A chacina de Badajoz: relato de uma testemunha de um dos episódios mais trágicos da Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1985, pp. 33-48; SOUTHWORTH, Herbert Rutledge, *El mito de la cruzada de Franco*. Barcelona: DeBolsillo, 2009, pp. 379-400.

⁴⁵ PRESTON, Paul, *The Spanish holocaust: inquisition and extermination in twentieth-century Spain*. London: Harper Collins, 2012, p. 330.

⁴⁶ *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, p. 485.

⁴⁷ ROSAS, Fernando, *O salazarismo e a aliança Luso-Britânica: estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*. Lisboa: Fragmentos, 1988; OLIVEIRA, César, op. cit., p. 303-333.

⁴⁸ *Dez Anos de Política Externa*, vol. IV, p. 407.

⁴⁹ *Ibidem*, vol. III, pp. 173-75.

⁵⁰ *Ibidem*, vol. III, pp. 221-26, 267-69.

⁵¹ *Diário de Notícias*, 23 de Setembro de 1936.

⁵² BARRANQUERO TEXEIRA, Encarnación; PRIETO BORREGO, Lucia, *Población y Guerra civil en Málaga: caída, éxodo y refugio*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2007, pp. 180-209; LETHBRIDGE, David, *Norman Bethune in Spain: commitment, crisis and conspiracy*. Brighton: Sussex Academic Press, 2013.

⁵³ OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, p. 314-19.

⁵⁴ PRESTON, Paul, *The Spanish holocaust: inquisition and extermination in twentieth-century Spain*. London: Harper Collins, 2012, p. 432-446.

⁵⁵ ROSAS, Fernando, «A Guerra Civil de Espanha na Sociedade das Nações», *História*, nº 82, Agosto de 1985.

⁵⁶ *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, pp. 378-85.

⁵⁷ *Ibidem*, vol. III., p. 610.

⁵⁸ OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987, p. 241.

⁵⁹ ABALLE VIEIRA, Rui, *Tomar o Pulso ao Tigre*, p. 67-75, 123-24.

⁶⁰ Arquivo Histórico-Militar, relatório do Major-médico Pinto da Rocha, Março de 1939.

⁶¹ Arquivo Histórico-Militar, Relatório do Capitão de Engenharia Luís de França e Sousa, Abril de 1937.

⁶² SÚÑER, Ramón Serrano, *Entre Hendaya y Gibraltar*. Madrid: Ediciones y Publicaciones Españolas, 1947, p. 78.

⁶³ *Dez Anos de Política Externa*, vol. V, pp. 508-12.

⁶⁴ *Ibidem*, vol. V., p. 668.

⁶⁵ PRESTON, Paul, «Franco and Hitler: the myths of Hendaye 1940», *Contemporary European History*, 1, pp. 1-16.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 8.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 385.

⁶⁸ ROS ANGULO, Manuel, *La gran tentación: Franco, el Imperio Colonial y el proyecto de intervención española en la Segunda Guerra Mundial*. Barcelona: Styria, 2007, pp. 269-84.

⁶⁹ FUTSCHER PEREIRA, Bernardo, *A diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Alfragide: D. Quixote, 2013, pp. 194, 199.

⁷⁰ *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, p. 131.